

Aluno (a): _____

Nº _____

PROPOSTA DE REDAÇÃO – 3ª SÉRIE:

Texto I - Os desafios da cadeia produtiva da energia eólica

No Brasil, algumas empresas nacionais do setor de infraestrutura voltada para energia eólica estão encerrando ou reduzindo atividades no país e aumentando seus investimentos e capacidade fabril nos EUA.

A razão para esse redirecionamento de esforços reside na baixa demanda de equipamentos para geração eólica no Brasil e nos incentivos do IRA, o Inflation Reduction Act, a bilionária iniciativa do governo dos EUA para estimular a indústria local.

A demanda no Brasil está reduzida, pois há, pelo menos por ora, excesso de capacidade de geração de energia elétrica no país. O IRA é uma política complexa que tem, entre outros mecanismos, instrumentos que incentivam o consumo de energias renováveis e a fabricação nos EUA dos equipamentos utilizados para geração de energia a partir destas fontes.

A má notícia não surpreende. O foco excessivo do Brasil na exploração de recursos naturais, entre eles as commodities agrícolas e associadas à produção de energia, é literalmente secular, pois data de 1500. Permanecemos pouco atentos à necessidade de criar setor industrial capaz de atender as demandas locais e internacionais com bens e serviços de alta complexidade tecnológica.

A similaridade com o setor de petróleo e sua cadeia produtiva é evidente. Quando a demanda local é reduzida, a cadeia produtiva enfrenta automática e imediatamente redução proporcional em sua atividade econômica.

Países já industrializados e em processo de rápida industrialização, como a China, vêm adotando estratégias cada vez mais arrojadas de desenvolvimento industrial. Entre outras características dessas políticas, está o foco em exportações, para além da capacidade de atender apenas o mercado doméstico.

Com efeito, não há caminho alternativo. O Brasil e quaisquer outros países que desejem trilhar a trajetória do desenvolvimento socioeconômico sustentável têm de ser cada vez mais arrojados em sua formulação e implantação de instrumentos de política industrial. E tornar-se capaz de exportar seus bens e serviços industriais, indo além da extração e exploração de recursos naturais.

Se a cadeia produtiva brasileira de energia eólica fosse exportadora de seus bens e serviços, os efeitos da baixa demanda local e de iniciativas como o IRA teriam efeitos menos graves sobre sua própria estabilidade.

É no mínimo indesejável que, em pleno século XXI, tenhamos uma indústria de petróleo focada apenas na produção e na exportação da commodity. É igualmente indesejável que a mera produção de outra commodity energética, a energia eólica, não seja acompanhada do objetivo de tornar o Brasil um dos polos mundiais de desenvolvimento, produção e, sobretudo, exportação dos equipamentos utilizados na geração eólica.

É preciso transformar este potencial em realidade e tornar as commodities energéticas e outros recursos naturais em instrumento alavancador de desenvolvimento industrial, ao contrário do que até hoje temos feito. Continuamos focados na exploração dos recursos naturais locais. Temos bons engenheiros e técnicos, boas universidades, parque industrial razoavelmente adensado e capaz de inovar, entre outros instrumentos, para rápida e vigorosa industrialização.

O desafio tem um componente cultural, pois são séculos de foco quase exclusivo em commodities e demanda local. Contudo, não há "Plano B". Ou direcionamos nossos esforços para uma industrialização focada em exportação de produtos e serviços, ou reafirmamos a opção por uma pobreza continuada.

Fonte: Artigo de Opinião, de Telmo Ghiorzi, veiculado em Brasil Energia

Texto II - Energia eólica: os avanços e desafios na transformação dos ventos em fonte de energia e riqueza

A produção de energia eólica no Brasil

Os ventos são a segunda maior fonte de geração de energia elétrica do país. Só ficam atrás das hidrelétricas. O investimento em parques eólicos cresce a cada ano. Em 2022, a energia gerada pelo vento representou 26 milhões de toneladas de CO2 a menos no ambiente.

O Brasil tem hoje 940 parques eólicos, mais de 10 mil aerogeradores como esses e outros tantos em fase de testes. Todos no continente. Em terra firme, o caminho já está bem sedimentado. O desafio agora é capturar a força dos ventos em alto mar.

Desafios para produção nacional

São novos combustíveis, novas tecnologias. Segundo especialistas, o Brasil ainda precisa de mais pesquisa, investimento e de um marco regulatório.

"O Brasil não pode se dar o direito de abrir mão desse grande potencial e isso vai ser uma alavanca para o desenvolvimento (ver se dá pra cortar aqui), para garantir uma transferência energética e fazer com que o Brasil apoie o mundo nessa nova busca por mitigação de emissões", diz Antonio Medeiros, coordenador de pesquisa do Instituto SENAI de Inovação em Energias Renováveis.

Fontes renováveis x desmatamento

Todas as fontes que um país possui para gerar eletricidade fazem parte da sua matriz elétrica. No Brasil, **mais 80% da matriz elétrica brasileira vem de fontes renováveis**. No mundo, este índice não passa de **30%**. Apesar deste dado positivo, vivemos uma contradição.

"O Brasil é um exemplo na questão da transição energética e é um péssimo exemplo na questão das emissões vinculadas ao desmatamento e a pecuária, principalmente. E a agricultura, de certa forma também, uma parte dela pelo menos", analisa David Zilberstein, professor do Instituto de Energia da PUC.

O último relatório do Observatório do Clima, divulgado em novembro, revela que o Brasil ainda é um dos maiores poluidores do planeta. Está em sexto lugar no ranking de países que mais emitem gases de efeito estufa.

"Não adianta o Brasil ir lá fora e dizer nós temos uma matriz energética já bastante limpa, se a gente continua desmatando e emitindo bastante", pontua Edmar de Almeida, professor de transição energética do Instituto de Energia da PUC Rio.

É um esforço duplo: investir em fontes de energia renovável de um lado. E reduzir drasticamente o desmatamento do outro.

"É uma política pública do Ministério do Meio Ambiente, que está sendo feito junto com o Ministério da Justiça e nós estamos diminuindo de forma extremamente contundente a questão do desmatamento ilegal. A nossa agricultura. Nós temos que trabalhar cada vez mais para ela ser uma agricultura de baixo carbono. Usando biocombustíveis de forma muito mais vigorosa do que os combustíveis fósseis, diminuindo a emissão de carbono", ressalta o ministro.

Fonte: G1

Texto III - "Série Energia": Energia eólica enfrenta desafios socioambientais no Nordeste

[...] A instalação dos parques eólicos não está isenta de controvérsias. Os impactos sobre a biodiversidade e as comunidades locais têm sido pontos de preocupação crescente. A necessidade de grandes áreas para a instalação das turbinas eólicas acarreta transformações significativas na paisagem e no ecossistema local, podendo causar desmatamento, fragmentação de habitats e até mesmo a extinção de espécies. Há também o risco de problemas sociais e de saúde para as comunidades próximas aos parques.

Ambientalistas em países como Noruega e México têm protestado contra a construção dessas usinas nos últimos anos, evidenciando que o impacto socioambiental é uma preocupação global. No Brasil, especialmente no bioma da Caatinga, os parques eólicos têm sido criticados por causar desmatamento, afetar a fauna local e produzir barulho com o movimento das pás das hélices que transformam o sossego de antes no tormento de agora. Há casos em que os parques eólicos afetam inclusive a produção agrícola de subsistência. O que no início era a esperança de renda para a gente pobre do sertão nordestino, agora é um problema de saúde mental.

Fonte: Jornal da USP

Texto IV - Série de entraves limita uso da energia eólica no Brasil

Insuficiência nas linhas de transmissão

Para especialistas, energia renováveis recebem menos investimentos para pesquisa do que temas ligados a petróleo

Depois de ser gerada nos campos eólicos, a energia depende de linhas de transmissão para chegar aos consumidores. O que, na prática, parece lógico, na teoria não é tão claro assim. Atualmente, essas redes não são de responsabilidade das mesmas empresas que mantêm os parques em si. E isso vem gerando uma falta de sincronia nos prazos de entrega.

"O problema das linhas de acesso é um enorme entrave. O prazo de três anos para um empreendimento (estipulado em muitos leilões) acaba sendo curto, já que com todos os trâmites, o tempo real de construção acaba sendo menor que três anos", afirma Ricardo Baitelo, coordenador da Campanha Clima e Energia do Greenpeace Brasil.

Um bom exemplo desse cenário ocorre no Nordeste, onde três usinas estão prontas, mas sem gerar energia há quase um ano por falta de linhas. Essa falta de sincronia na região - que abriga 60 das 92 usinas eólicas - pro-

voca um desperdício de energia que, por sua vez, representa um prejuízo para o governo que já ultrapassou os R\$ 260 milhões, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Esse é o valor que o governo já pagou às empresas, uma vez que elas entregaram o empreendimento no prazo.

Além disso, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) essa produção desperdiçada seria suficiente para abastecer, por mês, cerca de 3,3 milhões de habitantes.

Questionado, o Ministério de Minas e Energia afirmou que vai implementar alterações nesse modelo no próximo leilão do setor, que está marcado para agosto. "No intuito de promover a redução de incertezas quanto ao escoamento da geração eólica contratada no Ambiente Regulado, o Leilão de Reserva apresentará consideráveis mudanças na sistemática adotada", afirma a nota do ministério, esclarecendo que o trâmite agora será feito em duas fases, atrelando às concessões à capacidade de distribuição.

Baixo investimento em pesquisas e desenvolvimento tecnológico

"Depois da descoberta do pré-sal, o investimento não apenas em eólica, mas, em todas as outras energias renováveis, diminuiu no país", afirma o professor do departamento de energia da Unesp José Luz Silveira. "Também não há subsídio do governo, especialmente aos pequenos produtores, como acontece na Europa."

Baitelo, do Greenpeace, concorda que a prioridade é para o petróleo, se compararmos como qualquer outra área do campo energético.

"Na academia, se vê uma produção maior em temas ligados ao pré-sal do que à energia eólica ou fotovoltaica", afirma, acrescentando que mais investimentos nesse setor poderia, por exemplo, desenvolver turbinas mais apropriadas para os ventos brasileiros.

Fonte: BBC

Texto V



Foto: AT

Fonte: Tribuna On-line

PROPOSTA DE REDAÇÃO: A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema: "**A ascensão da energia eólica e das demais fontes limpas no Brasil**". Apresente proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo consideradas "texto insuficiente".
 - 4.2. Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.